

2 **CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
3 **ATA DE ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA REALIZADA EM**
4 **03 E 04 DE SETEMBRO DE 2009**
5

6 Assembléia Ordinária ocorrida aos **03 dias do mês de setembro de**
7 **2009**, às 13:30 h em primeira convocação e às 14:00h em segunda
8 convocação com qualquer número de Conselheiros presentes, no Auditório
9 da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – 5º
10 andar – SETP quando estiveram reunidos os componentes do Conselho
11 Estadual de Assistência Social – CEAS. As atividades das Comissões se
12 desenvolveram por toda a tarde, com a elaboração das respectivas
13 sínteses conforme convocação prévia. **Representantes**

14 **Governamentais presentes:** Izabel Cristina Marques (Procuradoria Geral
15 do Estado- PGE); Paulo Langer (Secretaria de Estado da Ciência,
16 Tecnologia e Ensino Superior –SETI); Maria Solineide Alencar (Secretaria de
17 Estado da Educação – SEED); Maria Cristina Antunes (Secretaria de Estado
18 da Educação – SEED); Lucimeri Sampaio Bezerra (Secretaria da Política
19 Habitacional –COHAPAR); Lucimar Pasin de Godoy (Secretaria de Estado
20 da Saúde – SESA); Márcia Silvana Fernandes (Secretaria de Estado da
21 Saúde – SESA); Denise Ratmann Arruda Colin (Secretaria de Estado do
22 Trabalho , Emprego e Promoção Social – SETP); Solange Fernandes
23 (Secretaria de Estado do Trabalho , Emprego e Promoção Social – SETP);
24 Ana Paula Gonçalves (Secretaria de Estado do Trabalho , Emprego e
25 Promoção Social – SETP); Jucimeri Isolda da Silveira (Secretaria de Estado
26 do Trabalho Emprego e Promoção Social – SETP); Lúcia Teresinha Zanato
27 Tureck (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social –
28 SETP); Ironi Vieira de Camargo (Secretaria de Estado do Trabalho,
29 Emprego e Promoção Social – SETP). **Representantes da Sociedade**

30 **Civil Organizada presentes:** Inês Roseli Soares Tonello (Conselho
31 Regional de Economistas Domésticos da 2ª Região- CRED II); Francisco
32 Arnaldo Fernandes (Associação de Moradores de Umuarama – CAMUR);
33 Cristiane Meyer (Conselho Regional de Serviço Social- 11ª Região); José
34 Cícero dos Santos (Escola Comunitária do Trabalho - ECT); Denise Maria
35 Fank de Almeida (Conselho Regional de Serviço Social – 11ª Região);
36 Edenilce de Fátima do Nascimento Lima (Sindicato dos Servidores Públicos
37 Municipais de Nova Esperança – SISMUNE); Teresinha Maria Wolff
38 (Conselho Regional de Serviço Social – 11ª Região); Angelina Beatriz da
39 Silva de Lima (Associação de Moradores da Comunidade do Prado Velho);
40 Ozimara Ferreira de Mello (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
41 de Santa Cecília do Pavão); Kleber Rodrigo Durat (Programa de
42 Voluntariado Paranaense – PROVOPAR); Roseli Teresinha Gass (Núcleo
43 Regional de Serviço Social – NUCRESS – Toledo); Ronan César da Silva
44 (Associação Pró-Amor de Deficientes Físicos de Irati- APADEFI); Neide
45 Poltronieri (Associação Medianeirense de Surdos e Fissurados – AMESFI).
46 **Convidados, ouvintes e colaboradores:** Débora G. Da Rosa (SETP-
47 CDI); Carla de Souza (SETP- CDI); Vera Lúcia dos Santos Pereira (FOREAS);
48 Ana Carolina Bittencourt (CGM/SETP); Maria de Fátima J. Fiebig (FOREAS);



10 **CEAS/PR**

49Neiva Hack (FOREAS); Sandra Mancino (Ministério Público); Ana Paula
50Gerent (SETP – CGM); Aline V. Ferreira Braga (SETP- CGM); Carmen Zanom
51(CGM/SETP); Keity Fabiane da Cruz (Ministério Público/PR); Carla Buhvier
52(CMAS/P.G); Tatielly Leticia S. Tozo (SETP/CGM); Alexandra Novakowski
53(SETP/CGM); Laura Joinski (SETP- CDI); Silvane Vaz de Siqueira (SETP-
54NUCLEAS). • **Assembléia Ordinária CEAS/PR-04/09/2009.** Aos quatro
55dias do mês de setembro de 2009, às 08:30h em primeira convocação e
56às 09:00h em segunda convocação, com o número necessário de
57Conselheiros presentes, no Auditório da Secretaria de Estado do Trabalho,
58Emprego e Promoção Social- 5º Andar- SETP, Curitiba/PR, foi dado início à
59Assembléia Ordinária do **Conselho Estadual de Assistência Social.**
60**Abertura:** A **Conselheira Presidente Denise Fank** deu boas vindas aos
61Conselheiros, integrantes do Fórum, técnicos da SETP e demais presentes.
62**Apreciação e Aprovação da Pauta.** Em seguida procedeu-se a leitura
63da pauta, que consistia em: 1.Abertura; 2. Apreciação e aprovação da
64pauta; 3.Apreciação e aprovação da ata da reunião ordinária de
6501/07/2009; 4. Informes da Secretaria Executiva; 5. Relatórios das
66Comissões; 6. Informes Gerais: 6.1 – Comissão Intergestores Bipartite –
67CIB e Comissão Intergestores Tripartite – CIT; 6.2 informes Conselheiros e
68Convidados; Encerramento. Em apreciação a pauta, foi considerada
69**APROVADA. Apreciação e aprovação da ata da reunião ordinária**
70**01/07/2009.** Após algumas correções, a ata foi colocada para apreciação
71e considerada **APROVADA. Informes da Secretaria Executiva:** A
72**Secretária Executiva Regina** cumprimentou os Conselheiros e falou da
73satisfação de recebe-los depois de tanto tempo. Solicitou a permissão da
74Mesa, para fazer a leitura dos informes que deveriam ser passados aos
75Conselheiros na Assembléia de 06 e 07 de agosto. Em apreciação:
76**APROVADO.** Informou:.. **AGOSTO:** •Ofício- Circular nº. 005/09
77procedente de Brasília e assinado pelo Presidente do CNAS Valdete de
78Barros Martins, dando ciência da convocação para a VII Conferência
79Nacional de Assistência Social tendo como tema central:- **“Participação**
80**e Controle Social no SUAS”:** 30/11 a 03/12/2009. • Folder da VIII
81Conferência Municipal do Município de Campo Mourão. • Ofício nº.
82059/2009, assinado pela Presidente do CMAS de Londrina, contendo
83convite para a solenidade de abertura da VIII Conferência Municipal de
84Assistência Social de Londrina, realizada nos dias 10 e 11 de julho. •
85Boletim informativo do Senador Flávio Arns. • Ofício nº. 050/09 do CNAS,
86tendo como principal assunto a denúncia de possíveis irregularidades,
87envolvendo a Prefeitura Municipal de Ouro Verde do Oeste. • Folder
88informativo sobre o 4º Fórum Nacional de Gestão por valores e cultura, de
89Performance Tema principal:- “Equilíbrio: Vida pessoal e vida profissional”-
90Brasília: 27 a 28/08/09. • Recebido o Ofício nº. 006/2009 da Presidente do
91Conselho Municipal de Assistência Social de Andirá, com o
92encaminhamento da Lei Municipal nº. 1218, nº1297 e também cópia do
93projeto de Lei nº 034/09 encaminhado à Câmara de Vereadores, já em
94processo de análise. • Ofício nº. 1027/09 assinado pela Secretária Nacional
95da Assistência Social, Marlene Azevedo Silva, comunicando pendência do
96Município **Primeiro de Maio-** 25º Sorteio Público da CGU. • Ofício nº.

11

12

13

14



15
16
17

CEAS/PR

97318/09 procedente da Federação das APAES e assinado pelo seu
98Presidente José Turozi, encaminhando folders da “**Semana Nacional do**
99**Excepcional de 2009**”, a qual será comemorada no período de 21 a 28 de
100agosto de 2009. Informa que o tema norteador para os trabalhos de
101mobilização será –“Quebre a resistência e tome uma atitude: construa
102acessibilidade para a pessoa com deficiência intelectual”. • Folder
103referente ao IV Fórum Brasileiro de Controle Interno e Auditoria da
104Administração Pública- 15 e 16/10, em Brasília. • Memorando do Escritório
105Regional de Umuarama, comunicando a alteração de data da VIII
106Conferência Regional de Assistência Social para 15 de setembro por conta
107da dificuldade na contratação do palestrante. • Justificativa de ausência da
108Conselheira Presidente Denise Fank na Assembléia cancelada de 06 e 07
109de agosto, motivada por doenças de seus filhos. • Ofício nº. 062/2009 do
110Conselho Nacional de Assistência Social informando sobre a publicação de
111duas Resoluções conjuntas: a de nº. 001/2006 que aprova o “Plano
112Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e
113Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e a de nº. 001/09 que
114aprova o “Documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para
115Crianças e Adolescentes. **SETEMBRO:** • Memorando 571/09 do Escritório
116Regional de Guarapuava, encaminhando documentos procedentes do
117Fórum Regional de Assistência Social dessa Região. Solicitam ainda a
118substituição da Conselheira Suplente no CEAS, encaminhando os dados
119pessoais referentes à mesma. • Esta Secretaria Executiva, guarda para
120arquivo todos os emails encaminhados pelos Conselheiros, no que se
121refere ao questionamento acerca do cancelamento da Assembléia do mês
122de agosto. • Memorando 583/09 do Escritório Regional de Guarapuava
123encaminhando ofício 010/09 do CMAS e Comissão Organizadora da
124Conferência Municipal de Assistência Social de Laranjeiras do Sul, com a
125comunicação de seu adiamento em virtude da Gripe A. Em anexo, o
126Decreto Municipal de Saúde nº 044, referente à suspensão das atividades
127escolares devido às questões da propagação da Gripe A (H1N1). Ofício
128Circular FONACEAS – nº 040/09 procedente de Cuiabá, com a convocação
129nº 002 dirigida aos Presidentes, Vice-Presidentes e Secretários Executivos
130dos Conselhos Estaduais de Assistência Social, para a Reunião Ampliada
131que acontecerá nos dias **17 e 18 de Setembro/2009**, na cidade de Rio
132Branco no Acre. Segue a programação. • Email dirigido aos CEAS,
133informando que o Presidente da Frente Parlamentar em defesa da Política
134de Assistência Social, Deputado Raimundo Gomes de Matos, comunica
135que, após 3 horas de debate, o Projeto de Lei nº. 3077/2008 - “**PL SUAS**”,
136foi aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família, na Câmara dos
137Deputados. Ao mesmo tempo, o referido Deputado agradece as inúmeras
138assinaturas e moções de apoio que foram remetidas à Câmara. •
139Correspondência procedente do FOREAS – Regional de Campo Mourão,
140informando que após apresentação e apreciação do projeto do “Programa
141Centros de Referência de Assistência Social” elaborado pela SETP, foram
142verificadas algumas discordâncias. Dessa forma, a plenária deliberou por
143um Ofício de retorno ao FOREAS com as orientações e esclarecimentos
144referentes ao Projeto. Em anexo, listagem com as assinaturas de 40

18
19
20
21

145 pessoas presentes. • Documentos referentes à realização da VI
146 Conferência Municipal de Assistência Social do Município de Pontal do
147 Paraná, realizada na Casa da Cultura do Balneário de Ipanema – em 29 de
148 Julho, com questionamento acerca da desconsideração da pessoa maior
149 de 21 anos, como integrante e dependente da família do usuário
150 solicitante do BPC, juntamente com uma moção de repúdio a essa questão
151 • Email recebido da empresa **Solar Consultoria em Gestão e**
152 **Pesquisas**, informando que desenvolverá o Projeto de Capacitação dos
153 Conselheiros Distritais, Estaduais e Nacionais de Assistência Social,
154 contratado pelo MDS, através do Programa das Nações Unidas para o
155 Desenvolvimento. Solicitam que a Secretaria Executiva envie a lista
156 nominal dos Conselheiros Titulares e Suplentes, Secretaria Executiva, com
157 telefones, endereços e email, para que sejam iniciados os contatos.
158 **Relatório das Comissões. Comissão Temporária para Organização**
159 **da VIII Conferência Estadual de Assistência Social. A Conselheira**
160 **Cristiane**, relatou que foi verificada a questão da programação, onde foi
161 apresentado para a Comissão a problemática acerca da data do evento,
162 devido à inviabilidade no Estado, a Conferência não poderá ser realizada
163 nos dias 05 e 06 de outubro. Diante dessa situação, será realizada uma
164 consulta ao Conselho Nacional de Assistência Social sobre as possíveis
165 datas para a realizar a Conferência Estadual. Informou a **Conselheira**
166 **Vice Presidente Denise Colin**, que essa alteração ocorreu em função da
167 contenção de recursos financeiros, pois durante o mês de agosto, o
168 governador assinou dois Decretos, o primeiro deles referente ao
169 manejo de recursos e um percentual destinado a cada Secretaria,
170 de indicação de cortes de valores para ordenamento do uso das despesas
171 do Estado. Garantindo que todas as ações em andamento não sofressem
172 nenhuma consequência, e que o desembolso fosse gradativo. No segundo
173 Decreto, houve alteração na forma de funcionamento administrativo-
174 financeiro, no que tange a elaboração dos processos que autorizam as
175 despesas. Com essa alteração, definiu-se novos fluxos, em que ficou
176 estabelecido que o processo é instruído e encaminhado à SEPL, onde
177 emitem um parecer e segue para Casa Civil, esta autoriza junto ao
178 Governador, voltando depois ao Órgão onde ocorre a Licitação.
179 Considerando que as despesas acima de 8 mil reais voltam para
180 governador para validar a ação. Por conta desses novos fluxos, constatou-
181 se o risco da impossibilidade de realização da Conferência Estadual nos
182 dias 05 e 06 de outubro, e, o local, só será definido após o processo
183 licitatório. Colocou o **Conselheiro José Cícero**, sobre a irresponsabilidade
184 e o não reconhecimento do governo em relação à política de assistência
185 social, principalmente no que se refere ao não cumprimento dos prazos
186 estabelecidos e o trabalho articulado entre as três esferas de governo.
187 Portanto, frisou a necessidade de registrar o descontentamento da
188 sociedade civil no que tange à essas determinações. A **Conselheira**
189 **Presidente Denise Fank**, propôs a elaboração de uma Resolução,
190 colocando a importância e a necessidade de realização da Conferência
191 Estadual de Assistência Social e a garantia da presença da Delegação do
192 Paraná na Conferência Nacional. Pontuou a **Conselheira Inês Roseli**, que

193 sempre houveram soluções para esses impasses. **Em apreciação**, sem
194 nenhuma contraposição ou abstenção, foi **APROVADO** por unanimidade a
195 criação da Resolução. Dando continuidade ao relato, a **Conselheira**
196 **Cristiane** relatou que foi apresentado ainda para a Comissão o resultado
197 do material gráfico das Conferências (crachá, certificado, capa do manual
198 do participante e ticket alimentação), o quais já foram encaminhados aos
199 Escritórios Regionais. Foi verificada também, a proposta de Regimento
200 Interno, o qual foi revisado e apresentadas algumas alterações. A primeira
201 alteração foi no Art. 3º que passou a ser Art. 1º. O Art. 4º estabelecia
202 sobre os participantes e o Art. 5º descreve o número de Delegados para
203 cada categoria, houve o entendimento que estava repetitivo, e decidiram
204 por excluir o Art. 4º. No que se refere a programação da Conferência,
205 discutiu-se que os grupos de trabalho deverão ter 1 relator, 1 instrutor e 1
206 relator- instrutor. Deverão ser eleitos no CEAS os relatores-instrutores
207 para os grupos, e, os relatores e coordenadores serão escolhidos pelo
208 próprio grupo. Ressaltou a **Conselheira Denise Colin**, da importância de
209 um instrutor que tenha o domínio para abordar a temática e os sub-temas,
210 e que para cada sub-tema deverão ser retiradas três propostas, ou seja,
211 06 por grupo. Depois dessa exposição, inicia-se o debate em grupo, com
212 um coordenador e relator eleito pelo próprio. O Conselheiro
213 governamental, o não governamental e o representante do FOREAS, terão
214 a responsabilidade de fazer as anotações e compor um grupo de
215 sistematização após o término dos grupos, pois as propostas deverão
216 estar prontas para o próximo dia na votação em plenária. Na SETP, já
217 foram realizadas as indicações dos funcionários e Conselheiros
218 governamentais, como também o FOREAS que já fez a sua indicação. Em
219 seguida, foi realizada a indicação dos Conselheiros não governamentais
220 para compor os grupos, ficando assim estabelecido: Para o **grupo 1-**
221 Processo histórico da participação popular no país, trajetória e significado
222 do controle social na política de assistência social e Conselhos de
223 Assistência Social: Conselheiro José Cícero; **Grupo 2-** Os usuários e seu
224 lugar político no SUAS e os trabalhadores do SUAS em relação ao
225 protagonismo dos usuários: Conselheira Edenilce; **Grupo 3-**
226 Democratização da gestão do SUAS e entidades de assistência social e o
227 vínculo SUAS: Conselheira Cristiane; **Grupo 4-** Bases para a garantia do
228 financiamento da assistência social: Conselheira Denise Fank. Dando
229 continuidade, a **Conselheira Cristiane** colocou que conforme o Art. 16 a
230 Mesa Diretora deverá ser coordenada por um Conselheiro Governamental
231 e um não Governamental do CEAS, a Comissão fez a indicação das
232 **Conselheiras Denise Fank e Denise Colin**. Ainda sobre a programação
233 da Conferência Estadual, a **Conselheira Solange** ressaltou sobre a
234 impossibilidade do grupo “bate latas” de Campo Mourão comparecer para
235 realizar a abertura cultural da Conferência Estadual, pois esse grupo é
236 composto por 40 crianças e por isso, torna-se inviável o custeio da
237 hospedagem para esses integrantes e para a equipe de apoio que os
238 acompanhará. Para a leitura do Regimento Interno no primeiro momento
239 do evento, ficaram indicadas a **Conselheira Solange** como
240 Governamental e a **Conselheira Ozimara** como não Governamental.

241 Para a palestra magna indicou-se a **Conselheira Presidente** como
242 coordenadora, e as **Conselheiras Denise Colin e Lúcia** como relatoras.
243 Para a apresentação do PL SUAS- 3077 no segundo dia da Conferência
244 Estadual, indicou-se a **Márcia Lopes** e a **Conselheira Vice Presidente**
245 **Denise Colin**. Para a exposição das mobilizações que antecederam a
246 realização das Conferências no Estado, ficaram indicados os Conselheiros
247 José Cícero e Inês Roseli. Para o referendo dos Conselheiros do CEAS para
248 mandato 2010- 2012 ficou a **Conselheira Presidente e a Conselheira**
249 **Ironi**, onde já prevalecem na mesa para o referendo dos Delegados para a
250 VII Conferência Nacional. Para a Plenária Final, deliberou-se pela presença
251 das **Conselheiras Denise Fank e Denise Colin** e os **quatro**
252 **sistematizadores** dos sub- temas. Colocou a **Conselheira Inês Roseli**,
253 para restringir o tempo de fala na Mesa de Abertura. Em seguida, a
254 **Conselheira Solange** leu os possíveis componentes dessa mesa. Colocou
255 ainda a **Conselheira Inês Roseli**, a possibilidade da Secretária Executiva
256 do CEAS, que foi indicada para o Cerimonial, fazer uma abertura
257 preliminar na Mesa para apresentar a Comissão composta na mesma e
258 sobre a importância do respeito ao cumprimento do tempo destinado a
259 cada pessoa para a fala de abertura. Ressaltou a **Conselheira Solange**,
260 da possibilidade de que na mesa de abertura esteja a presença do
261 governador, ou um representante, como também o Ministério Público, o
262 Tribunal de Justiça, o Presidente da Assembléia Legislativa, o Secretário
263 do Trabalho, a Presidente do CEAS e os representantes dos demais
264 Conselhos, apenas para compor a Mesa, sem necessitar de fala. Considera
265 também necessária, a presença de um representante de usuário e um
266 representante da Frente Parlamentar, um representante do FOREAS e um
267 do CONGEMAS. Citou o indicativo de datas e ficou APROVADO os dias 26 e
268 27 de outubro para a realização da Conferência Estadual. Ressaltou a
269 **Conselheira Jucimeri**, a importância da participação da Frente
270 Parlamentar para prestar orientações sobre orçamento público, como
271 também com a previsão de presença do MDS, CNAS, Secretaria Nacional
272 de Assistência, FONSEA (Fórum dos Secretários) na Conferência Estadual
273 de Assistência Social, os quais estão ligados ao movimento de defesa da
274 referida política. Em apreciação **APROVADO**. No que se refere as propostas,
275 ficou definido que elas só poderão ser aprimoradas na redação ou no
276 conteúdo, não podendo ser apresentadas novas propostas. Sobre o Ofício
277 n.º 031/09 do Escritório Regional de Curitiba, referente à dúvidas em
278 relação ao número de delegados dessa regional para a Conferência
279 Estadual de Assistência Social, a questão já foi sanada pela equipe técnica
280 da Coordenadoria de Desenvolvimento Integrado-CDI da SETP, a qual já
281 encaminhou respostas dos referidos questionamentos. Dessa forma, foi
282 exposto o encaminhamento apenas para conhecimento dos conselheiros.
283 Sobre o Ofício n.º 18/08 do CMAS de Curitiba que trouxe a solicitação do
284 Conselho Municipal no que tange ao aumento das vagas para a
285 Conferência Regional e Estadual. Em análise, verificou-se que não seria
286 necessário a ampliação de vagas para a Conferência Regional, entretanto,
287 para Conferência Estadual a solicitação é viável. Assim, houve o acréscimo
288 de 10 vagas (retiradas das 50 vagas de convidados, ficando estes com 40

289vagas), sendo 7 governamental e 8 não governamental. Colocou o
 290**Conselheiro Cícero**, que a ampliação do número de vagas para o
 291município de Curitiba é injusta, pois para fazer jus a esse aumento, os
 292representantes da capital paranaense necessitam ampliar sua
 293participação e compromisso com o CEAS. A **Conselheira Cristiane**,
 294colocou ainda que a Comissão recebeu uma solicitação do Escritório
 295Regional de Francisco Beltrão, questionando acerca da composição do
 296CMAS da região. Na lei de criação do Conselho, verificou a permanência de
 297conselheiros por 2 anos permitindo uma única recondução por igual
 298período. Assim, ocorre na permanência de conselheiros da sociedade civil
 299pelo período de 4 anos consecutivos. Apenas para entidades,
 300trabalhadores do setor e usuários é possível um novo mandato após uma
 301pausa de 2 anos no referido Conselho. Após discussão, a Comissão sugeriu
 302que a discussão acerca dessa problemática seja incorporada no eixo de
 303Controle Social na Conferência Regional, afim de fomentar e identificar as
 304problemáticas do município, e ainda, suscitar a alteração na lei que cria o
 305CMAS, inserindo apenas 1 representante de cada segmento, com a
 306possibilidade do representante do Conselho ser alterado, mas com a
 307permanência da entidade. Reforçou a **colaboradora Sandra Mancino**
 308**(Ministério Público)** sobre a importância da discussão sobre a
 309problematizado dessa temática no eixo de controle social, para
 310posteriormente, essa ser encaminhada como proposta para a Conferência
 311Nacional, porque de fato, essa é uma realidade que se apresenta em
 312muitos Estados brasileiros. Ressaltou a **Conselheira Denise Colin**, que
 313essa problemática está sendo enfrentada na CIB no momento de análise
 314dos processos para habilitação municipal, em que se constata que a lei de
 315criação dos Conselhos Municipais de Assistência Social remetem-se ao ano
 316de 1995 a 1996, as quais não estão em consonância com os princípios do
 317SUAS, que determina as representações (trabalhadores do setor, usuários
 318e prestadores de serviço) no segmento da Sociedade Civil. Existe uma
 319discussão na CIB para que haja um movimento de orientação para a
 320reformulação dessas leis, para que as mesmas estejam em concordância
 321aos princípios estabelecidos pelo SUAS. Outra situação que tem sido
 322frequente de questionamento, é em relação aos municípios de pequeno
 323porte, pois possuem um número reduzido de Entidades Sociais, com base
 324nessa situação, cabe a necessidade de incentivar a representação de
 325usuário nos Conselhos Municipais. Reforçou a **Conselheira Jucimeri**, que
 326a temática referente a representatividade nos Conselhos devem ser
 327incorporadas no debate das Conferências. Colocou a **Conselheira Inês**
 328**Roseli** da importância de legitimar o debate acerca dessas questões,
 329porém questionou sobre o formato a ser apresentado à Conferência, uma
 330vez que o Regimento Interno não permite abrir novas propostas. A
 331**Conselheira Vice Presidente Denise Colin**, colocou sobre a
 332necessidade de elaboração de uma Nota pelo CEAS aprofundando essas
 333questões para serem repassadas aos Escritórios Regionais com o objetivo
 334de abordarem em suas Conferências essas discussões. Em apreciação
 335ficou **APROVADO** que os Escritórios Regionais levem para as Conferências
 336Regionais esses temas e que nos grupos deliberem propostas a serem

337debatidos na Conferência Estadual. Colocou ainda a **vice presidente**, que
338umas das atividades proposta para a Conferência Municipal, foi em relação
339ao levantamento do perfil dos usuários, para isso, foi apresentado o
340indicativo metodológico para a sistematização desse levantamento.
341Porém, grande parte dos Municípios não realizaram esse levantamento e
342quando o fizeram, citaram alguns serviços os quais estavam mais
343estruturados, e assim, os dados teriam uma confiabilidade relativa. Esse
344documento deverá ser encaminhado para a sistematização da Conferência
345Estadual e posterior a realização dessa Conferência, encaminhar o
346relatório final para a Conferência Nacional. Diante dessa situação, a
347Comissão sugeriu uma análise fidedigna desses relatórios, para que no
348próximo ano, esses componham o CADÚNICO. Em apreciação **APROVADO**
349por unanimidade. Em apreciação **APROVADO** o relatório da Comissão
350Organizadora da Conferência. **Comissão de Financiamento e**
351**Gerenciamento do Fundo.** Relatou o **Conselheiro Kleber** sobre o
352organograma do CEAS, que o Conselheiro Daniel responsável pela
353elaboração do Organograma não pode estar presente na reunião, ficando
354como encaminhamento a apresentação na reunião de outubro. Sobre a
355**Solicitação do Município de Santa Inês ref. co-financiamento**
356**Federal/PAIF.** A Comissão fez leitura do documento encaminhado e
357analisou. O Município solicita apoio para que seja firmado convênio e
358repasso de financiamento por meio do PAIF. A Comissão pontuou algumas
359considerações: * a habilitação à Gestão Básica é uma pré-condição ao co-
360financiamento e não um fim ao recebimento do recurso. *O MDS dispõe de
361um ranking onde são pontuados os municípios que serão contemplados
362nas expansões de co-financiamento. Sendo assim, a Comissão avaliou que
363não compete a esta Comissão e nem a este Conselho a intermediação
364para aquisição de co-financiamento, ficando como encaminhamento uma
365resposta à solicitação, explicando os procedimentos que o MDS adota para
366co-financiar os serviços. Em relação ao Esboço da Proposta Orçamentária
367do FEAS para 2010. A Comissão procedeu a leitura do documento
368encaminhado pelo Nucleas. PSB – R\$ 4.502.678,35. PSE – R\$
36910.799.170,36. Aprimoramento da Gestão: R\$ 698.151.29. Totalizando □
370R\$ 16.000.000,00. Os recursos serão investidos em: **PSB:** *Implantação
371de 50 CRAS; * Benefícios Eventuais – 112 Municípios; *Inclusão Produtiva.
372**PSE:** *Manutenção dos Serviços de Abrigamento;* Manutenção a 8 CREAS;
373* Implantação de Centro Integrado de Atendimento e Prevenção da
374Violência Contra o Idoso; *Implantação 18 de unidades CREAS;
375Aprimoramento da Gestão * Conferências regionais, estadual e nacional
376dos direitos do idoso; * Publicação eventos de capacitação. Esclareceu a
377Conselheira **Denise Colin**, quanto a construção dos 50 CRAS
378mencionados na proposta, tem-se uma relação de 110 municípios
379autorizados pelo Governador, 60 são para esse ano e 50 para o próximo
380ano. Dos 60 deste ano, já foi realizada uma reunião com todos os
381prefeitos, junto com o Paraná Cidade, e repassados as orientações dos
382procedimentos a seguir. Até o dia 14 de setembro os Escritórios irão
383encaminhar a relação dos municípios que conseguiram atender as
384seguintes exigências: 1º) Disponibilização de um terreno com uma

385metragem de 600m²; 2º) a validação pelo Paraná Cidade da possibilidade
386de utilização do terreno; 3º) Parecer do Escritório que está em área de
387vulnerabilidade; 4º) 58 documentos que são exigidos para conveniar com
388o Estado. Até o início do mês de outubro, eles terão que montar o projeto
389técnico de implantação de Serviço no equipamento CRAS. Os Municípios
390que não conseguirem atender as exigências serão substituídos pelos
391demais Municípios que aguardam pela contemplação do equipamento.
392Sugeriu a **Conselheira Inês Roseli**, utilizar os serviços do setor de
393informática para se fazer um mapa com o indicativo dos Municípios
394contemplados. Questionou a **Conselheira Cristiane**, quais os critérios
395para os CRAS. Respondeu a **Conselheira Vice Presidente**, que 4 são os
396critérios- 1º) relação de Município que compõem o Centro Expandido; 2º)
397Municípios que estão contemplados no Plano Estadual para as
398Comunidades Tradicionais; 3º) Município que possuem os serviços de
399CRAS cujos equipamentos estão em prédios cedidos ou alugados; 4º)
400Municípios que estão em gestão inicial. A mesma, ainda explicou as
401exigências para o convênio e informou que foi elaborado um manual que
402foi entregue a todos os prefeitos do Projeto. O **Conselheiro Cícero**
403parabenizou a equipe técnica da SETP pela elaboração do Caderno SUAS 4
404e colocou sobre as indagações que o FOREAS de Campo Mourão tem em
405relação ao Projeto dos CRAS, porque apesar de ter sido aprovado no CEAS,
406a metragem desses equipamentos é de 103 m² e o que está em conjunto
407com a Agência do Trabalhador mede 138 m². Por essa razão, a questão
408pertinente é sobre quem ficará com os 34m² e sobre a origem do recurso,
409se é do trabalho ou da assistência social. Sabe-se que no Paraná as duas
410áreas estão conjuntas, porém a nível federal, trabalho e assistência social
411estão atuando em segmentos separados. Questionou a incoerência de
412constar nos documentos a impossibilidade do CRAS ser compartilhado, e
413no entanto, o Governo do Estado, apresentar um projeto em que os
414mesmos serão construídos de forma compartilhada, o Conselheiro acha
415necessário um protesto em relação a essa situação, considerando ser um
416desrespeito à Sociedade Civil. Dando continuidade ao Relatório, relatou o
417**Conselheiro Kleber** que a Comissão solicita ainda esclarecimentos em
418relação a construção dos 50 CRAS mencionados na proposta, solicitando
419inclusive a listagem dos municípios que receberão o co-financiamento. o
420**Conselheiro José Cícero**, complementou sugerindo que nesse
421documento, sejam esclarecidas tais indagações: - Quais CRAS serão
422compartilhados com a Agência; Qual o porte dos municípios contemplados;
423Se a estrutura oferecida suporta o atendimento e a demanda dos dois
424equipamentos; e, Fonte de pagamento para a construção da Agência do
425Trabalhador. Dentro do esboço orçamentário referente ao Bolsa Família
426Acolhedora/ Cuidador Domiciliar, é importante que sejam realizadas
427capacitações sobre essa modalidade, para o encaminhamento das ações,
428bem como realizar parceria com o Conselho do Idoso para avaliar as
429atividades. A Comissão retomou a discussão no que se refere a vinculação
430de receitas para o FEAS. Resgatando, a Secretaria de Planejamento
431através do seu Diretor Geral, ficou de fazer um levantamento dos recursos
432das demais Secretarias, que podem ser migrados para o FEAS (Recursos

433que são investidos em ações sócio-assistenciais). Assim, a Comissão
434solicita uma consulta à SEPL sobre os avanços do referido levantamento.
435Sobre o *Demonstrativo Sintético de Execução Físico-Financeira de 2008 do*
436*Estado do Paraná, a técnica Carla*, explicou que foram corrigidos alguns
437valores do demonstrativo, tendo em vista equívocos no repasse do recurso
438federal (competência de anos). A **Conselheira Vice Presidente**,
439esclareceu que os Estados devem prestar conta quando recebe um
440recurso federal. Colocou que o Estado só recebe recurso para
441gerenciamento do programa bolsa família e aprimoramento da gestão no
442âmbito estadual. Carla, ainda explicou o demonstrativo e esclareceu todos
443os questionamentos. Em apreciação- **APROVADO** o relatório da Comissão
444de Financiamento e Gerenciamento do fundo. **Tarde**. A reunião reiniciou
445às 14:00 com o relato das Comissões. **Comissão de Comunicação e**
446**Articulação**. Relatou a **Conselheira Lúcia** sobre o Ofício nº 050/09 do
447CNAS remetido ao município de Ouro Verde do Oeste, acusando o
448recebimento de uma mensagem eletrônica de possíveis irregularidades
449quanto a ocorrência de interferência do Gestor Municipal nas decisões do
450Conselho Municipal de Assistência Social. O CNAS solicitou o
451acompanhamento do CEAS em relação a essa situação. O referido
452Município conduziu o encaminhamento ao CNAS, informando que não tem
453conhecimento de qualquer irregularidade ou denúncia que envolva a
454Prefeitura, onde houve também, um acompanhamento realizado pelo E. R.
455de Cascavel para averiguar tal situação. Ficou encaminhado, que o CEAS
456estará encaminhando ao CNAS um ofício, informando sobre tal
457encaminhamento e que não há comprovação sobre essa irregularidade.
458Sobre a **Frente Parlamentar**, contou-se com a presença da **conselheira**
459**do CRESS Daraci Rosa dos Santos**, para tratar da estruturação da
460Frente Parlamentar em defesa da Política de Assistência Social – esta
461também representa o gabinete do Deputado Lemos. Daraci, propõe uma
462discussão a respeito do processo de implantação da Frente Parlamentar e
463sua estrutura. Esclarece que esta pode ser estruturada em duas maneiras,
464a primeira com uma estrutura informal, enquanto um movimento, uma
465instância política, mobilizadora, articuladora; e a segunda, com estrutura
466formal, com CNPJ, com mesa diretora, institucionalizada. A Frente
467Parlamentar (F.P.) nacional é institucionalizada. Contudo, em discussão, foi
468avaliado que inicialmente é mais importante discutir o processo, e depois
469conjuntamente com os outros sujeitos envolvidos a estrutura da Frente.
470Inicialmente é necessário mobilizar uma reunião ampliada na Assembléia
471Legislativa, convidando os Deputados que assinaram adesão à Frente
472Parlamentar, categorias profissionais, sindicatos, FOREAS, entre outros. O
473CEAS assume o protagonismo dessa ação. É necessário propor a discussão
474sobre temas fundamentais à implementação do SUAS no Estado. Temas
475como: Orçamento Público, Trabalho no SUAS, CRAS e CREAS, PL SUAS e
476sua implantação no Estado. Em discussão, ficou proposto que a reunião
477ampliada seja realizada no dia **07/10/09 pela manhã** e a tarde a reunião
478das Comissões do CEAS e no dia 08/10 a plenária. Dando continuidade a
479**Conselheira Lúcia** sugeriu convidar Deputados, movimentos, CRESS,
480CRP etc, para a Discussão do PL SUAS, como tema central; Aprovar um

481calendário/agenda de atividades; Apresentar/discutir uma carta em defesa
482do SUAS no PR, e necessidade de financiamento continuado; Fazer um
483documento síntese para circular nas diferentes instâncias, espaços e na
484própria Conferência Estadual. Portanto, ficou encaminhado, a criação de
485Comissão no CEAS que fique responsável pela interlocução entre CEAS e
486Frente Parlamentar, ficando assim formada pelos seguintes Conselheiros:
487José Cícero, Denise Fank, Inês Roseli, Lucimeri, Edenilce e Jucimeri. Com
488relação à reunião sobre o Decreto Estadual nº. 4.742/2009, estiveram
489presentes na SEJU no dia 31/08/09 representantes da SETP, COED,
490Conselho de Saúde, Ministério Público, representante do SESA, não houve
491representante da Secretaria dos transportes. A Representante do
492Ministério Público sugeriu e foi acatado que o processo siga dessa forma,
493mesmo com as incoerências que constam no Decreto, devido a pressão
494que a saúde está sofrendo com solicitações pela emissão da carteira, onde
495o CEAS juntamente com a COED deverá elaborar uma Resolução ou
496normativa orientando quais serão os fluxos e os procedimentos que
497deverão ser adotados. Com a possibilidade de que o CMAS delegue a
498execução para o órgão gestor do município, no caso, o CRAS. **Sobre o**
499**Plano Estadual de Capacitação, o eixo de discussão contemplará**
500**conteúdos relacionados a organização da Política de Assistência Social,**
501**discutindo as responsabilidades das três esferas e instâncias de controle**
502**social. Foi realizado um levantamento prévio dos trabalhadores dos CRAS**
503**e CREAS. A partir da reunião realizada com as Universidades, com cursos**
504**de Serviço Social e Psicologia, foi discutida a forma em que será realizado**
505**o curso, sendo essa especialização ou capacitação, com encaminhamento**
506**de uma atividade de aperfeiçoamento com carga horária total de 200**
507**horas, sendo 96 horas presenciais e 80 horas não presenciais. O início da**
508**capacitação está prevista para março/2010. Encaminhado para a próxima**
509**reunião, projeto político-pedagógico, conteúdo e metodologia, minuta do**
510**contrato, planilha de custo atualizada por Universidade, supervisão**
511**pedagógica, produção, relatório, cronograma do curso, aplicativo da**
512**inscrição e termo de adesão com as prefeituras. Próxima reunião será**
513**realizada 08 e 09 de outubro.** Em relação a Minuta de Nota Técnica sobre
514os Benefícios eventuais, foi deixado para a próxima reunião, pois não
515houve tempo hábil para discussão. Em seguida, a **Conselheira Jucimeri**
516prestou alguns esclarecimentos sobre o Plano de Capacitação. Em
517apreciação **APROVADO** o relatório da **Comissão de Articulação e**
518**Mobilização. Comissão de Documentação e Rede Socioassistencial.**
519Relatou a **Técnica Helena** que no dia 03/09/09 às 09:00 na sala de
520reuniões da Secretaria Executiva dos Conselhos, deu-se início à reunião da
521Comissão sobre o projeto de Lei nº 3077/08 e PL 3021/08. **Denise Colin,**
522**vice-presidente do CEAS,** fez a leitura das emendas que o PL nº
5233077/08 recebeu e que resultaram em alteração da redação pela
524Comissão de Seguridade Social e família, aprovada pela mesma no dia
52526/08/09. Foram destacados os **pontos positivos** das emendas acatadas:
526• Instituição do SUAS por Lei Federal, • Definição das proteções (básica e
527especial); • Definição das responsabilidades dos 3 entes no repasse fundo
528á fundo; • Instituição de CRAS e CREAS como unidades públicas estatais; •

529 Definição do PAIF e PETI como serviços continuados; • Aumento da renda
530 *per capita* do BPC para 1/2 salário mínimo; • ampliação do conceito de
531 família; Idade de 65 anos para idoso; • Pagamento da equipe de referência
532 através de co-financiamento; • Previsão de recursos materiais, humanos e
533 financeiros para os Conselhos; • Prestação de contas por meio do relatório
534 de gestão com aprovação dos Conselheiros; • Vínculo SUAS à entidades
535 reconhecido pelo MDS. E, os **pontos negativos**: • Terminologia
536 empregada no artigo 2º para definir Proteção Social, embora no artigo
537 acrescentado incorpora a redação da PNAS; • Artigo 3º retira do conceito
538 da entidade de Assistência Social a previsão de gratuidade do serviço e a
539 exigência de não contraprestação pelo usuário; • Mudança no conceito de
540 abrigo para idosos e pessoas com deficiência para instituições de longa
541 permanência para ambos os casos; • Não esclareceu a possibilidade de
542 pagamento de profissionais do quadro próprio. • Reforçou-se a
543 necessidade dessas discussões serem pautadas nas Conferências
544 Regionais e Estadual, bem como para que permaneça a coleta de
545 assinaturas para o abaixo-assinado a favor da aprovação do PL SUAS. **Em**
546 **apreciação** ficou encaminhado a proposta da Conselheira Jucimeri, a qual
547 considerou um retrocesso na alteração da redação do PL 3077/2008 sobre
548 a retirada do termo de gratuidade dos serviços socioassistenciais. No que
549 se refere ao pagamento do pessoal do quadro próprio, a mesma ainda
550 sugeriu a produção de uma Nota pelo CEAS com manifestação contrária a
551 esse aspecto, bem como da ausência do termo de gratuidade. Sobre
552 análise da lei municipal de Foz do Iguaçu, foi informado que em visita de
553 monitoramento ao município, realizada pelo MDS/CIT, CIB, e COGEMAS em
554 julho, foi conversado com o vereador (autor da lei atual), sobre os
555 equívocos constantes na lei. Assim ficou combinado que realizarão reunião
556 com o CMAS, órgão gestor e o vereador para discussão. Atualmente, foi
557 informado pelo Escritório Regional, que na própria Conferência Municipal
558 ficou deliberado a prorrogação do mandato da atual composição do CMAS,
559 até que a lei seja modificada. Já há um vereador com proposta de projeto
560 de lei alterando a composição e recompondo da forma correta. Sobre a
561 solicitação do município de Maringá referente a nota técnica do CEAS ao
562 CMAS sobre o cadastro de entidades, conforme email encaminhado pelo
563 órgão gestor do município, há questionamentos para esclarecimentos de
564 dúvidas sobre a competência do órgão gestor e do CMAS, no que tange à
565 fiscalização das entidades cadastradas e a quem compete a emissão de
566 parecer e visita técnica. As questões foram discutidas e será retornado ao
567 município informando que a nota técnica é orientativa e sugestiva, tendo o
568 CMAS autonomia para definição de fluxos e procedimentos, porém, cabe
569 ao órgão gestor realizar a visita para a elaboração do parecer, como
570 atribuição dessa equipe técnica. Colocou a **Conselheira Jucimeri**, que
571 essas solicitações servem de orientação para outros Municípios. Sugeriu
572 que aguarde-se pela emissão dessa Nota, para ser encaminhada junto
573 com algumas orientações sobre o financiamento aos CMAS e ao órgão
574 gestor. Sobre Ofício nº 011/09 do CMAS de Castro, relatou **técnica**
575 **Helena** que conforme solicitado pelo CEAS ao CMAS de Castro, sobre
576 quais foram as entidades beneficiadas com o recurso que era destinado a

577entidade “Associação dos amigos dos idosos – Viva a vida na 3ª idade” –
 578Assim, o CMAS retornou informando as entidades beneficiadas, valor e
 579serviços prestados. Em relação ao Projeto de Lei Estadual nº 155/09, foi
 580informado sobre o PL que está em discussão na Assembléia Legislativa, e
 581que dispõe sobre o repasse de recursos a entidades sem fins lucrativos,
 582declaradas de utilidade pública estadual. A justificativa é regulamentar e
 583formalizar um ato que já ocorre no Estado. Colocou sobre o PL nº. 155/09
 584o **Conselheiro José Cícero**, que foi informado em alguns Municípios que
 585existe uma recomendação do Tribunal de Contas que a partir de 2010,
 586uma Entidade que vai prestar serviço de assistência Social terá que ter
 58720% de recursos em espécie, para o convênio que ela vai firmar com o
 588órgão público. Colocou a **Conselheira Inês Roseli** que tem
 589acompanhado Entidades que estão sendo penalizadas por não
 590conseguirem comprovar os 20 % que tem como arrecadação da
 591Comunidade por ser beneficente, visto a não justificação da inserção da
 592conta patronal. Ressaltou a **Conselheira Jucimeri**, que essa discussão está em
 593pauta na CIB. Foi consultado o Tribunal de Contas e de fato está em
 594processo de elaboração uma normativa, que vai orientar a fiscalização das
 595Contas Públicas nesse sentido. Na CIB, teve como encaminhamento a
 596realização de uma reunião juntamente com o Tribunal de Contas. Sugeriu
 597que o CEAS também entre em discussão enquanto Conselho, junto com a
 598CIB e Órgão Gestor para qualificar e contribuir com o Tribunal de Contas.
 599Se preciso, apresentar por escrito o entendimento do CEAS sobre a
 600relação das Entidades com o SUAS. **Em apreciação** o relatório da
 601Comissão de Documentação e Rede Socioassistencial **APROVADO**.
 602**Comissão de Políticas Públicas. A técnica Ana Carolina** relatou
 603sobre balanço da situação atual da revisão cadastral. Em dezembro de
 6042008, o MDS/SENARC realizou na base nacional do Cadastro Único de
 605Programas Sociais, um levantamento de cadastros desatualizados (sem
 606alterações há mais de 2 anos). Estabeleceu, então, prazo para revisão dos
 607mesmos (a partir de fevereiro com encerramento em agosto de 2009)
 608sendo prorrogado até 31 de outubro de 2009. Em 28 de Agosto deste
 609mesmo ano, o relatório do MDS apontava, no Paraná, 14 municípios com
 610mais de 500 cadastros desatualizados e 9 municípios com mais de 1.000,
 611e apenas 58% de atualização, em que pese toda a mobilização e apoio
 612técnico da CAIXA e da Coordenação Estadual da política de assistência
 613social. A partir de Outubro, os benefícios das famílias com cadastros
 614desatualizados serão bloqueados e cancelados a partir de Dezembro. •
 615Será mantido o apoio técnico aos municípios com maiores índices e
 616números de cadastros desatualizados. • O MDS está empreendendo ações
 617de monitoramento das auditorias nos cadastros para aperfeiçoar e dar
 618maior consistência a essa base de dados a partir da conferência com
 619bancos de dados nacionais como RAIS, RENAVAM, SISOBI, POLÍTICOS
 620ELEITOS E SUPLENTEs, PREVIDÊNCIA SOCIAL, E DOCUMENTAÇÃO DOS
 621RESPONSÁVEIS LEGAIS DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS. • No final deste ano,
 622será implantada a Versão 7.0 do Sistema Operacional do Cadastro Único e
 623implantado novo formulário com transmissão on-line, o que facilitará a sua
 624operação agilizará a atualização e uso no acompanhamento das

625 Condicionalidades, particularmente na Saúde e Educação. Sobre a
626 **expansão do Programa Bolsa Família**, estabeleceram novas metas de
627 expansão do programa a partir das novas estimativas de famílias pobres.
628 A expectativa é de que em outubro/2009 atinja-se uma expansão superior
629 a 100.000 famílias a serem beneficiadas pelo PBF no Estado do PR,
630 atingindo as metas de cobertura do Programa. O MDS pretende atingir até
631 o final deste ano 12 milhões de famílias com o Programa. No que se refere
632 a avaliação das reuniões técnicas/ capacitações, essas forma realizadas
633 com a participação da Caixa Econômica Federal, para orientar a ampliação
634 e revisão dos cadastros e fazer atualizações nos mesmos. Foram
635 discutidas as estratégias das gestões municipais e compartilhadas e as
636 experiências com sucesso na busca das famílias para atualização
637 cadastral. Sobre uso da base de dados do Cadastro Único no planejamento
638 acompanhamento e avaliação das políticas sociais, relatou a **Conselheira**
639 **Carmem**, que nos dias 22 e 23 de Outubro acontecerá o Seminário
640 “USOS DA BASE DE DADOS DO CADASTRO ÚNICO DE PROGRAMAS
641 SOCIAIS NA GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, no sentido de divulgar o
642 CAD GEO- referenciado que é a base de dados do Cadastro único do
643 Estado do Paraná”, o geo-referenciamento, produzido pela Celepar,
644 consiste no mapeamento das condições das famílias cadastradas por
645 região e por seis itens que compõem o perfil de famílias. Com essas
646 informações, pode subsidiar tanto o estado quanto o Município na
647 formulação de políticas públicas, e para isso, é preciso divulgar essa base
648 de dados, conferindo se os mesmos são fidedignos. Continuou a **técnica**
649 **Ana Carolina** com o relatório sobre **Ação Integrada Umuarama**,
650 informando que foi realizada uma ação Integrada (PETI + PBF), em que
651 todos os municípios da região estiveram presentes e os órgãos que
652 participaram foram a SETP, SEED, SECJ, SRTE E SESA/CEST, e os
653 resultados obtidos foram que os municípios perceberam a atuação de
654 cada órgão e foram sensibilizados a ter um olhar diferenciado na questão
655 do Trabalho Infantil e mobilizados a enfrentá-lo. Sobre a **frequência**
656 **escolar**, consta no último Relatório de Junho/Julho que o desempenho
657 estadual foi de 87,57 → BFA: Criança acompanhada até 15 anos; 73,67 →
658 BVJ: Crianças de 16 e 17 anos. Colocou a **Conselheira Roseli**, que a
659 Comissão do Bolsa do Município de sua Região, está sofrendo alguns
660 retalhos do Órgão Gestor, no que diz respeito ao controle social. Após
661 discussão na Comissão, foi sugerido que o CEAS elabore uma orientação
662 aos Municípios que a Comissão do Bolsa participe das reuniões do
663 Conselho de Assistência Social, para que haja aprimoramento desse
664 controle social. A **Conselheira Inês Roseli**, relatou sobre o ofício nº
665 027/2009 -gab/snas/mds – referente ao município Primeiro de Maio, no
666 que se refere a comunicação de pendência do referido município relativo
667 ao 25º Sorteio Público da CGU. A SNAS informou ao mesmo sobre as
668 devidas pendências, concedendo o prazo de 30 dias para manifestação
669 (prorrogado por mais 5). Informa no ofício que no caso da não
670 manifestação a SNAS solicitaria a CIB desabilitação do mesmo. A
671 Comissão de Políticas Sociais do CEAS, tomou ciência através da leitura do
672 documento e propõe encaminhamento para a CGM, para esse setor

673contatar o Escritório Regional, e esse, verificar se as pendências foram
674sanadas. Sobre prazos para acompanhamento dos estados , referente a
675Resolução nº 06 da CIT, como resultado do Senso CRAS de 2007, relatou a
676**Conselheira Ironi**, que foram identificadas situações insatisfatórias na
677ficha de monitoramento, a CIT aprovou o processo de acompanhamento
678da implementação do PAIF nos CRAS, pela União e Estados, para que os
679municípios tomem providências para alcançar índices satisfatórios de
680desenvolvimento do CRAS (Resolução CIT nº 06 e 07). Ressaltou a **técnica**
681**Carla**, que para os municípios superarem as situações identificadas,
682foram estipulados prazos e procedimentos constantes de planos de
683providências com previsão para superação das situações identificadas até
6841º de Julho de 2009. A SETP recebeu informação do MDS que caso o
685Estado identifique que o município não conseguiu superar as situações
686insatisfatórias no prazo estabelecido, mas que já esteja,
687comprovadamente em fase de implementação de ações para superação, o
688município terá o prazo final para finalização da implementação até
689dezembro de 2009. Ressaltou a **Conselheira Ironi**, que a Comissão
690levantou várias situações como insatisfatórias, em seguida saiu outra
691resolução da CIT nº. 07 que trouxe orientações quanto a essas situações.
692Questionou a **Conselheira Roseli**, qual o procedimento a ser tomado
693caso o município não tenha equipe mínima no CRAS. Informou a **técnica**
694**Carla**, que de todos os municípios, os que ficaram com pendências foram
695Cambé, Foz Iguaçu e Fazenda Rio Grande, que teve o recurso suspenso de
696um CRAS. Esclareceu a **Conselheira Ironi**, que são dois processos de
697monitoramento, onde os Municípios estão recebendo o plano de
698providências do Censo CREAS para reordenar o CREAS dentro do prazo
699estabelecido pela Resolução nº03/2009 da CIT, como também o Plano de
700Providências que está sendo gerado a partir do monitoramento da SETP.
701Em seguida a **técnica Carla**, explanou como funciona e o que
702contemplou o Sistema de Monitoramento Estadual, ao qual será realizado
703pelos Escritórios. Sobre o Piso Básico De Transição – PBT outro ponto de
704discussão da Comissão, a **estagiária Ana da CGM** expôs como foi
705elaborado o estudo sobre o processo de reordenamento do PBT no Estado
706do Paraná, com base no documento “ **Propostas e Regras para o**
707**reordenamento do PBT** ” pactuado na CIT em 6 de maio de 2009. A
708**Conselheira Ironi**, relatou o RESULTADO SIMULAÇÃO I: 1 OPÇÃO –
709OFERTA DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA –
710PAIF, NO CRAS: Dos 134 municípios que hoje recebem piso básico fixo e
711também o PBT, 14 passariam a co-financiar mais 42 CRAS e, dos 262
712municípios que não recebem atualmente o PBF, 115 implantariam 124
713CRAS. Ou seja, teríamos 166 novos CRAS, em 129 municípios; Setenta e
714oito municípios utilizariam todo o recurso que recebem atualmente
715relativo ao PBT, na implantação do CRAS; • 318 municípios, após a
716primeira opção, teriam saldo de recursos e iriam para a opção seguinte
717(oferta de serviços de convivência e de fortalecimento de vínculos); • 269
718municípios não tiveram recursos suficientes do PBT ou demanda (censo
719CRAS 2008 e/ou famílias pobres sem cobertura); • o MDS complementaria
720com R\$ 1.361.904,24. 2ª OPÇÃO – ITEM I – SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA

721PARA FAMÍLIAS COM CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS E/OU PARA IDOSOS: A
722simulação demonstra que 318 municípios fariam a segunda opção, sendo
723que 147 utilizariam todo o recurso e parariam nesta opção. Assim, 172
724municípios teriam sobra de recursos. Para os municípios que recebem PBT
725num valor menor que R\$ 1.000,00/mês, utilizou-se como regra a
726complementação de recurso, até R\$ 12.000,00/ano (com base em
727informação repassada na teleconferência). Ao todo, o MDS
728complementaria para estes casos R\$ 177.785,52 para 45 municípios.
729Seriam atendidas 268.859 pessoas com o recurso de R\$ 5.742.555,00 por
730ano. • 2ª OPÇÃO – ITEM II – OFERTA DE SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E DE
731FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA JOVEM – PROJovem ADOLESCENTE :
732Com a simulação chegou-se ao número de 448 novos coletivos no Estado,
733com o recurso de R\$ 6.753.600,00, tendo ainda saldo restante de R\$
7341.347.924,12 ou 5,5% em relação ao valor inicial de R\$ 24.618.001,92.
735SIMULAÇÃO 2 – SE OS MUNICÍPIOS EM GESTÃO INICIAL NÃO SE
736HABILITAREM: Neste caso, 71 municípios que poderiam fazer a 1º opção,
737iriam direto para segunda , conseqüentemente, deixariam de ser abertos
738no Estado 76 CRAS e além disso o MDS deixaria de complementar para
739estes 76 municípios o valor de R\$ 880.949,16 (PAIF) e 3.065,28
740(PROJovem). Além disso, apenas 1 município utilizaria todo o recurso com
741os serviços para famílias com a presença de idosos e crianças de 0 a 6
742anos, e 70 municípios perderiam R\$2.838.093,40 (65% do recurso inicial)
743já que a opção de implantar o PJA tem como requisito a habilitação em
744gestão básica ou plena. * No Estado do Paraná outros 120 municípios que
745se encontram em gestão inicial e que não se adequariam às condições
746necessárias para utilizarem o recurso com PAIF, caso não se habilitem em
747gestão Básica ou Plena, perderão R\$ 721.461,92 (32% do recurso inicial) a
748mais do que perderiam se habilitassem. Além disso, o MDS deixaria de
749complementar para estes municípios R\$54.375,96 (PROJovem). *
750Portanto, se os municípios que se encontram em gestão inicial no Estado
751do Paraná não se habilitarem, haverá a sobra de recurso de 4.907.478,48
752(20% do recurso inicial), no entanto cabe lembrar que serão os municípios
753em gestão inicial que mais perderão recursos, representando 72,5% do
754total de recursos perdidos. Informou que esse estudo será apresentado ao
755MDS. A **Conselheira Jucimeri** parabenizou pelo estudo, visto que
756desconstrói o discurso de que a transmissão da forma que o MDS está
757propondo auxilia os Municípios. Ressaltou ser importante que o CEAS faça
758um Ofício manifestando a preocupação dessa orientação, onde pode
759significar menos recurso para o Estado do Paraná e solicitando que seja
760revista a forma que está sendo orientada. Também parabenizou a
761**Conselheira Inês Roseli** e sugeriu que esse estudo seja apresentado aos
762prefeitos, porque no decorrer do processo, estão presentes pontos sobre a
763importância da participação dos mesmos, para evitar a perda de recursos.
764Informou ainda a **Conselheira Ironi**, que no dia 12 de setembro haverá
765em Brasília o Seminário Nacional para Implantação de Serviços com
766recursos originários do PBT, com o objetivo de orientar gestores e técnicos
767das Secretarias de Assistência Social e dos COEGEMAS, sobre o
768preenchimento do termo de aceite e opção por serviços a serem

CEAS/PR

769 implantados com recursos originários do PBT. Em votação o relatório da
770 Comissão de Políticas Sociais **APROVADO**. Colocou a **Conselheira Ironi**
771 que já foi discutido e aprovado pelo CEAS um projeto de inclusão
772 produtiva, onde quem executaria era a UFPR só que o Conselho não fez
773 deliberação para constar no processo para Brasília. O processo está
774 tramitando, e será necessário encaminhar uma Resolução do Conselho
775 aprovando esse Projeto. Colocou a **Conselheira Presidente**, de que,
776 como já foi aprovado pelo CEAS, que seja encaminhada a Resolução.
777 **Informes Gerais.** A **Conselheira Vice Presidente**, informou os
778 Conselheiros receberam uma memória da reunião da CIT, sobre os
779 assuntos pautados, em que só foram discutidos os serviços relacionados à
780 proteção social básica devido a falta de tempo. Realizou uma síntese da
781 reunião e informou que a próxima será ampliada para os dias 09 e 10 de
782 setembro, para conclusão de toda a discussão de proteção social especial
783 de média e alta complexidade. Da **CIB**, os Conselheiros também
784 receberam a memória, onde o primeiro item refere-se sobre a reunião a
785 ser realizada com o Tribunal de Contas e Ministério Público, sobre as
786 orientações que eles estão fazendo a partir do próximo ano em relação a
787 subvenção sociais, acrescentando com itens trazidos pelo Conselheiro
788 Cícero. O segundo, é sobre o quadro de habilitação e análise dos
789 pareceres. Ressaltou que da mesma forma que o município tem o prazo
790 de 6 meses para a adequação e implantação do CRAS, tem também para
791 a reformulação da Lei municipal, esses assuntos serão pautados na
792 reunião com o TC e MP. No que se refere aos Planos de Providências, os
793 municípios de Foz de Iguaçu, Araruna, Astorga, Fazenda Rio Grande
794 cumpriram as exigências e as CIB pactou pela habilitação. Os critérios
795 para pactuação de recursos para proposta orçamentária de 2010, que são
796 os mesmos já apresentados no CEAS, já foram pactuados pela CIB. Foi
797 repassado, que foi constituída na CIB uma Câmara Técnica para discutir
798 CRAS e CREAS e elaborar uma Nota técnica orientando todos os
799 municípios em relação a estrutura e pessoal. Questionou a **Conselheira**
800 **Roseli**, a quem compete a fiscalização da Lei de Composição dos
801 Conselhos Municipais. Colocou a **Colaboradora Sandra Mancino**, que foi
802 discutido de colocar todas as Leis dos Municípios no site do próprio
803 Conselho Estadual, facilitando o acesso para se fazer as recomendações
804 ao Conselho e ao Promotor local. Ressaltou o **Conselheiro Cícero**, que
805 em reunião passada sugeriu que o Conselho Estadual elaborasse uma
806 proposta de Lei como sugestão, e encaminha-se aos Presidentes dos
807 CMAS, para que estes fossem adequando ao seu Município. Sugeriu a
808 **Colaboradora Sandra Mancino**, para fazer um estudo em cima das
809 normativas de Conselho Nacional, como referência e o Centro de Apoio do
810 MP poderá encaminhar uma correspondência, orientando os Promotores
811 locais. Ressaltou a **Conselheira Lúcia**, que a equidade dos três
812 segmentos está apenas no modelo do CNAS, porém é inexistente uma
813 Legislação específica. Questionou a **Conselheira Presidente**, da
814 possibilidade de deliberação de uma proposta da Conferência que discorra
815 sobre essa equidade de segmentos (entidade, usuário e trabalhador do
816 setor), e se essa teria validade para orientar todos os CMAS. Colocou a

817 **Colaboradora Sandra Mancino** que, como orientação sim, mas não
818 como valor de Lei, por isso a necessidade de um estudo pelo Centro de
819 apoio. Questionou a **Conselheira Roseli Gass**, que outra questão é sobre
820 Órgãos Estaduais em CMAS, pois a informação que se obteve junto a SETP
821 é que não há legislação contra ou a favor. Ressaltou a **Colaboradora**
822 **Sandra** que de fato não há nenhum impedimento, e também, o Conselho
823 Municipal tem que avaliar até que ponto isso é ruim. Avalia que esse fato
824 só amplia a questão democrática. Informou a **Conselheira Edenilce**, que
825 a Conferência Regional de Maringá acontecerá no dia 16/09 e que está
826 ocorrendo uma difícil luta do Sindicato do Servidor Municipal para abrir
827 uma campanha salarial. Agradeceu a **Conselheira Jucimeri** em nome do
828 Conselho Regional de Serviço Social no que se refere a luta pelo Concurso
829 Público no Tribunal de Justiça e também solicitou apoio pelo Projeto de Lei
830 que prevê a redução da carga horária dos trabalhadores de Serviço Social,
831 estendendo a outros profissionais. Se deliberado o apoio, será
832 encaminhado ao Senado. Ressaltou a **Conselheira Presidente** para a
833 realização de uma proposta de documento de apoio, e que seja reenviado
834 aos Conselheiros para que sejam colocadas nas Conferências Regionais,
835 para que essas também manifestem seu apoio enquanto instâncias
836 descentralizadas no Estado do Paraná. Divulgou a **Conselheira Jucimeri**,
837 que o Congresso Paranaense de Serviço Social, que acontecerá nos dias
838 12 a 15 de novembro, será realizado no Shopping Estação, em Curitiba,
839 com objetivo de instrumentalizar o exercício profissional. Tem natureza
840 científica e o prazo foi estendido até 30/09, para o envio de trabalhos para
841 serem apresentados. Solicitou da Secretaria Executiva o **Conselheiro**
842 **Cícero**, levantar em quantas reuniões o Conselheiro de Curitiba esteve
843 presente. Em relação a essa solicitação, informou a **Secretária**
844 **Executiva Regina**, o recebimento de um telefonema do FOREAS dizendo
845 que está sendo providenciada a substituição do Conselheiro de Curitiba.
846 Ressaltou a **Conselheira Inês Roseli**, dado o momento de realização das
847 Conferências, a preocupação no que tange a ausência de muitos
848 Conselheiros, como o representante do gabinete, por exemplo. Sugeriu a
849 **Conselheira Vice Presidente**, para serem levantados todas as faltas
850 dos Conselheiros e posteriormente, os devidos encaminhamentos para os
851 respectivos órgãos de referência. Em seguida a **Conselheira Ironi**, leu o
852 contido no ofício nº. 030/2009 do MDS sobre dúvidas do Piso Básico de
853 Transição. Ressaltou as incongruências contidas e ressaltou a necessidade
854 de uma manifestação do CEAS. Propôs a **Conselheira Lúcia**, uma
855 discussão nas próximas reuniões sobre a concessão do BPC. Sugeriu a
856 **Conselheira Jucimeri**, convidar a gerência do INSS para explicar para a
857 plenária sobre “Concessão e revisão” do BPC. Propôs a **Conselheira Vice**
858 **Presidente** fazer uma consulta à COHAPAR, uma vez que foi recebida
859 uma denúncia de Comunidades Tradicionais que fizeram um convênio
860 para casas na área urbana, já no final de 2007, e até agora esse convênio
861 não foi executado. Essas pessoas gostariam de uma resposta, já que
862 essas, não podem realizar o cadastro junto à Caixa Econômica por conta
863 desse convênio. Colocado em apreciação para realizar uma consulta
864 **APROVADO . Encerramento: A Presidente Denise Fank** agradeceu a



127
128
129

Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP
Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC

CEAS/PR

865 presença dos Conselheiros, dos Membros dos FOREAS e demais
866 convidados, encerrando a Assembléia Ordinária. A presente ata foi
867 digitada por Jucileide Ribas Machado, estagiária da Secretaria Executiva
868 dos Conselhos e lavrada por mim, Regina Rodrigues Costa, Secretária
869 Executiva dos Conselhos e terá anexada cópia da lista de presença dos
870 Conselheiros, bem como sua versão aprovada disponibilizada no site.

871

130
131
132
133

CEP.: 80.010-020 - Centro - Curitiba / Pr
Fone: (41) 3324-4685 - E-mail: ceas@setp.pr.gov.br

11